

4 de abril de 2012. — O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, *Manuel João*, técnico superior.

205963304

**Despacho (extrato) n.º 5211/2012**

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que por ter terminado com sucesso o período experimental na Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, foi confirmada a consolidação da mobilidade interna na carreira/categoria de Técnico Superior nesta Direção-Geral, relativamente ao Agente M/148469 — Ricardo da Silva Pinto, do Comando Metropolitano do Porto, com efeitos a 20 de novembro de 2011, cessando assim a respetiva relação jurídica de emprego público com esta Polícia de Segurança Pública.

4 de abril de 2012. — O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, *Manuel João*, técnico superior.

205963329

**Despacho (extrato) n.º 5212/2012**

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que por ter terminado com sucesso o período experimental no Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, foi confirmada a consolidação da mobilidade interna na carreira/categoria de Técnico Superior neste Instituto, relativamente ao Agente M/152358 — Hugo Miguel Oliveira Leite, do Comando Metropolitano de Lisboa, com efeitos a 31 de dezembro de 2011, cessando assim a respetiva relação jurídica de emprego público com esta Polícia de Segurança Pública.

4 de abril de 2012. — O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, *Manuel João*, técnico superior.

205963426

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****Gabinete da Ministra****Despacho n.º 5213/2012**

Considerada a remessa ao Conselho Superior da Magistratura, nos termos do disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, da lista de candidaturas a juizes sociais para as causas do Tribunal Judicial de Vila Nova de Gaia votada pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, são nomeados, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º, do artigo 22.º — *ex vi* do artigo 38.º — e do artigo 37.º do referido decreto-lei, os juizes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 166/99, de 14 de setembro (Lei Tutelar Educativa), e no artigo 115.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo) segundo a enumeração constante da lista anexa.

30 de março de 2012. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

**Lista dos cidadãos nomeados juizes sociais para as causas da competência dos tribunais de comarca, previsto no n.º 2 do artigo 30.º da Lei Tutelar Educativa e no artigo 115.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.**

**Tribunal Judicial de Vila Nova de Gaia**

Efetivos:

Ana Cristina Santos Silva Pinto.  
Anabela Neves Ferreira Guedes Braz.  
Antónia Maria Lopes Fonseca Santos.  
António Joaquim Pinto Reis.  
Catarina Alexandra Severino Avelar Branco Dantas.  
Dulce Maria Ferreira Coutinho.  
Maria Eduarda Amaral Ferreira.  
Marta Raquel Torres Pereira.  
Nuno Vasco Marques Simões Aldeia.  
Orlando José dos Reis Fernandes.  
Patrícia Andreia Correia Martins.  
Paula Alexandra Azevedo Gomes da Silva.  
Rui Manuel Ferreira Dantas.  
Rui Manuel Oliveira dos Santos Ramos.  
Sara Mónica de Oliveira Araújo Ramos.

Suplentes:

Anabela Soares de Carvalho e Sousa Lopes.  
Carla Mariana Cardoso Alves.  
Cristina Maria Vilas Boas Figueiredo Sousa.  
Diana Bela Sousa Pinto.  
Helena Maria Campos Miranda da Silva Martins.  
Maria Alzira Pinho de Lima.  
Maria de Lurdes Dias Neves e Silva.  
Maria Elisabete Fernandes Pegas.  
Maria Inês de Castro Andrade Ribeiro.  
Paula Maria Deitado Domingos Topa.  
Raquel Leonardo Sousa Magalhães Figueiredo Leitão.

205963167

**Direção-Geral da Administração da Justiça****Despacho n.º 5214/2012****Delegação de competências**

Ao abrigo do disposto no artigo 2.º da Portaria n.º 419-A/2009, de 17 de abril, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 75, com a redação dada pela Portaria n.º 82/2012, de 29 de março, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 64, que regula o modelo de elaboração, contabilização e processamento da conta, bem como do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delegeo nos administradores judiciais, constantes do anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante, a competência para:

a) Determinar que a elaboração da conta seja assegurada pelas secções centrais, dentro dos limites legalmente definidos, em conformidade com a avaliação global do estado dos serviços na respetiva comarca.

O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

9 de abril de 2012. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

## ANEXO

Tribunal	Administradores judiciais
Comarca do Alentejo Litoral	Vitor Manuel Henriques da Silva Mendes.
Comarca do Baixo Vouga	Jorge Manuel da Silva Vidal Constantino.
Comarca da Grande Lisboa-Noroeste.	Daniel Pires da Costa.

205962965

**Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.****Aviso n.º 5506/2012**

Faz-se público que o Dr. João Carlos Santana Jorge, agente oficial da propriedade industrial, designado pelo conjunto dos que já detêm esta qualidade, passa a integrar o Júri da prova de aptidão para aquisição e ou reconhecimento da qualidade de AOPI, publicada através do Aviso n.º 24434/2011, de 22 de dezembro, a par da presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Dr.ª Leonor Trindade e do diretor da Direção de Marcas e Patentes daquele organismo, Dr. José Maurício.

5 de abril de 2012. — A Presidente do Júri, *Maria Leonor Mendes da Trindade*.

205963775

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO****Gabinete do Ministro****Louvor n.º 195/2012**

No momento em que cessa funções, a seu pedido, como adjunta do meu Gabinete, torno público o meu reconhecimento, agradecimento